

# Lei de introdução as normas do direito

↳ no BR, a lei é fonte primária do sistema jurídico @beatriznamiestudies

▶ a **LINDB** **regulamenta**: vigência da lei no tempo e no espaço; revogação da lei; interpretação; direito transitório; aplicação da lei; direito internacional e segurança jurídica.

↳ A **LINDB** constitui um **conjunto de normas** preliminares de aplicação universal, à totalidade do ordenamento jurídico.

**Vigência**: a lei nasce e permanece em vigor até sua revogação.

teorias {  
 teoria da ficção legal → obrigatoriedade em razão da existência  
 teoria da presunção absoluta → não é bem aceita  
 teoria da necessidade social → razão de ordem social e jurídica

\* **presunção legal**: presumir o conhecimento da lei a partir da publicação no diário oficial.

\* **necessidade social**: visa dar garantia de eficácia pl o ordenamento jurídico.

**art. 2º LINDB** → a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

**importante** → ultratividade da norma: ocorre quando uma lei revogada continua produzindo efeitos.

formação {  
 elaboração  
 promulgação  
 publicação

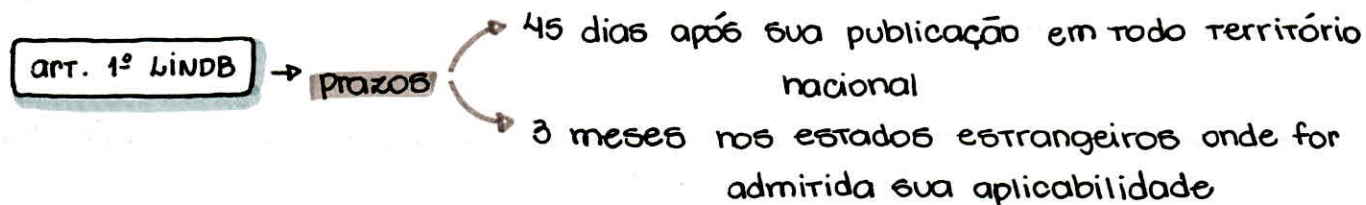
↳ A **promulgação** é a **declaração** oficial de que a lei existe, é autêntica e está pronta para ser executada. É um ato do chefe do Poder Executivo que autentica a lei, determina a sua publicação e marca a existência da norma.

↳ A **publicação** constitui o meio em face do qual se transmite a lei promulgada aos seus destinatários. É a condição pl a lei entrar

em vigor e se tornar eficaz. É inserir a lei no Diário Oficial.

@beatriznamiestudies

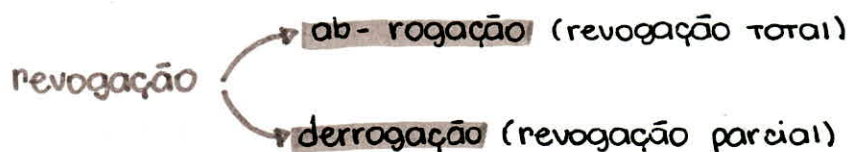
\* **vacatio legis**: intervalo de tempo existente entre o momento da publicação e a vigência da norma jurídica.



**Revogação**: ocorrerá quando uma lei posterior declarar expressamente sua revogação; for incompatível com a lei vigente ou quando regulamentar toda matéria da lei anterior.

▷ **revogação expressa**: é quando for expressamente declarada e enumerada as leis ou disposições legais revogadas.

▷ **revogação tácita**: quando a lei for incompatível ou quando regulamentar toda a matéria da lei anterior.



▷ **repristinação**: recuperação de vigência de uma norma anteriormente revogada por meio da revogação da norma revogadora.

↳ no BR não existe repristinação automática

## integração da norma:

art. 4º LINDB → quando houver omissão da lei será decidido de acordo com analogia, costumes e princípios.

▷ **Princípio da inafastabilidade da jurisdição**: quando a lei for omissa, o juiz não pode deixar de julgar.

▷ o método de integração da norma é utilizado diante da ausência da lei.



## TIPOS DE LACUNA

- lacuna normativa: ausência total de norma
- lacuna ontológica: se justifica na presença de norma no caso concreto, porém sem eficácia social.
- lacuna axiológica: há norma que se aplica ao caso, porém de aplicação que enseja injustiça.
- lacuna de conflito ou antinomia: confronto entre 2 ou mais normas válidas e aplicáveis.

@beatriznamiestudies

▷ **ANALOGIA:** consiste na aplicação de uma norma prevista que seja semelhante ao caso concreto.

↳ princípio da igualdade de tratamento

▷ **COSTUMES:** é uma prática longa, geral, pública e reiterada de um determinado ato.

podem ser

- costumes secundum legem ou conforme o direito
- preter legem ou além do direito
- contra legem ou contrário ao direito

▷ **PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO:** regras norteadoras do ordenamento jurídico, universalmente aceitas, mas necessariamente positivadas.

**interpretação da norma:** é buscar um sentido e o alcance da norma jurídica.

meios de

interpretação

- interpretação ontológica
- interpretação gramatical ou literal
- interpretação lógica
- interpretação sistemática
- interpretação histórica
- interpretação teleológica

**vigência da lei no espaço:** no BR aplica-se o princípio da territorialidade moderada.

Em regra aplica-se o princípio da territorialidade, ou seja, aplica-se no território brasileiro a lei brasileira, contudo em situações

excepcionais, há vigência e aplicabilidade de leis estrangeiras.

↳ É o caso da aplicação de sentença ou ato estrangeiro que não ofenda a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.